



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Data da reunião: 04/12/2024
Presidente: Senador Davi Alcolumbre

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>Turno suplementar do substitutivo oferecido ao PL 953/2021</p> <p>Ementa: Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.</p> <p>Autoria: Senador Irajá</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Nelsinho Trad	Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).	<p>O PL pretende instituir Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD), especificando as regras de adesão, os prazos diferenciados para pagamento, as consequências da adesão e os débitos aos quais o Programa não se aplica. O texto apresenta as modalidades de liquidação dos débitos, cuja escolha exclui outros parcelamentos de débitos anteriores; estabelece regras para inclusão no PRD de débitos em discussão administrativa ou judicial; regulamenta o destino de depósitos vinculados a débitos a serem pagos ou parcelados; institui a manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal ou qualquer outra ação judicial; estabelece regras específicas do parcelamento das dívidas; dispõe sobre as situações que ensejam exclusão do PRD, a exigibilidade imediata do total do débito confessado e a execução de garantia prestada; e dispõe sobre a adaptação dos sistemas informatizados das entidades para operacionalização do PRD. Ademais, o projeto acrescenta capítulo à Lei 14.010/2020, dispondo sobre o parcelamento de dívidas trabalhistas durante a vigência do estado de calamidade decretado em função da pandemia da covid-19.</p> <p>A CAE aprovou parecer favorável com emenda substitutiva que realiza ajustes para: a) exigir a demonstração de dificuldades financeiras no pagamento dos débitos integrais por parte dos devedores; b) permitir a análise, por parte dos órgãos credores, da capacidade de pagamento dos débitos renegociados; c) reduzir o prazo para solicitar adesão ao programa, de 120 para 60 dias; d) excluir do programa os débitos relativos a período posterior ao ano de 2023; e) reduzir os descontos do art. 2º, escalonando-os de forma que o abatimento seja proporcional ao pagamento inicial e à quantidade de parcelas, de modo a compatibilizar os interesses de devedores e credores; f) atribuir ao regulamento da futura lei a responsabilidade de calcular os valores devidos enquanto a dívida não for consolidada; e g) suprimir o art. 10 que promovia alterações na Lei 14.010/2020.</p> <p>A CCJ aprovou em primeiro turno parecer favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). O substitutivo será submetido a turno suplementar.</p> <p>- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar; - Em 27/11/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 953/2021, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				- Votação nominal.
2	<p>Turno suplementar do substitutivo oferecido ao PL 2891/2020</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal.</p> <p>Autoria: Senador Marcos do Val</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Jorge Seif	Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.	<p>O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia), ambos do Código Penal.</p> <p>A matéria recebeu parecer favorável da CSP na forma de substitutivo para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Ao eliminar a restrição aos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o substitutivo corrige a chamada “desatualização automática” do ECA, que promove a enumeração taxativa dos crimes em que a providência é autorizada, e reconhece a gravidade de quaisquer crimes cometidos contra crianças e adolescentes em ambiente virtual. Na CSP, foi rejeitada a emenda 2, por falta de consonância com o projeto. A emenda 1 foi retirada.</p> <p>Na CCJ, foi aprovado parecer favorável na forma de substitutivo, que altera a expressão sugerida pelo substitutivo da CSP por uma mais ampla, qual seja, “crimes cometidos contra crianças e adolescentes”. Foi rejeitada a emenda 2-CSP.</p> <p>- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar;</p> <p>- Em 27/11/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 2891/2020, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;</p> <p>- Votação nominal.</p>
3	<p>PL 133/2022</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX.</p> <p>Autoria: Senador Chico Rodrigues</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Jorge Kajuru	Favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.	<p>O projeto altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para prever regras de segurança para proteger os usuários do Pagamento Brasileiro Instantâneo (Pix) e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais. O projeto acrescenta o capítulo VI-B ao Título I do CDC, intitulado “Dos mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos por Pix, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais”. Este novo capítulo será composto por quatro novos artigos: 54-H, 54-I, 54-J e 54-L. O art. 54-H especifica o objeto dos novos comandos. O art. 54-I prevê que na hipótese de indícios de crime patrimonial envolvendo o Pix, a autoridade policial deverá identificar as instituições financeiras envolvidas; determinar o bloqueio dos valores transferidos indevidamente, se ainda existirem; e comunicar, em até vinte e quatro horas, o bloqueio extrajudicial ao juizado criminal competente. O art. 54-J determina a criação de uma senha de segurança, contrária à senha regular, a ser utilizada pelo consumidor em situações em que haja restrição de liberdade a fim de realizar operações de Pix. Identificado o alerta, as instituições financeiras ou de pagamento deverão apurar a possível ocorrência de crime e comunicar às autoridades policiais competentes. O art. 54-L prevê que, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, o juiz determinará o encerramento da conta do usuário recebedor que seja coautor do crime, a inclusão de seu nome nos cadastros de restrição ao crédito e a suspensão mínima de um ano para a abertura de conta em instituições bancárias.</p> <p>A matéria recebeu uma emenda que propõe acrescentar um artigo no projeto para estabelecer que as instituições financeiras deverão: implementar tecnologias de autenticação multifatorial e comportamento anômalo para prevenir fraudes; submeter operações suspeitas a um procedimento de verificação adicional; e instituir campanhas educativas periódicas sobre prevenção de fraudes para conscientização dos consumidores.</p> <p>O relator propõe a aprovação na forma de substitutivo que promove adequações de técnica legislativa. Em relação ao mérito da proposição, registra que o Banco Central do Brasil é responsável por diversas medidas para a segurança dos usuários do Pix, notadamente o Mecanismo Especial de Devolução (MED), previsto no Regulamento do Pix. Considerando que o Pix está em constante aperfeiçoamento, tanto pela incorporação de novas funcionalidades, quanto em função da constante evolução tecnológica, entende que não é adequada a via da legislação ordinária como canal</p>

Data da reunião: 04/12/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				<p>para o gerenciamento de elementos técnicos e operacionais, o que deve ser feito na esfera infralegal. Entretanto, sugere que seja mantido como objeto da proposição a previsão no CDC de que o consumidor de serviços bancários e de pagamento tem o direito a reaver os recursos indevidamente transferidos. O relator registra que o substitutivo contempla parcialmente a emenda apresentada.</p> <p>- Em 29/10/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Weverton - A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.</p>
4	<p>PL 3965/2021</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitir a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Randolfe Rodrigues	Favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta, e pelo acolhimento das Emendas nº 1-CDH e nº 3-CDH, na forma da Subemenda que apresenta, e da Emenda nº 6-CCJ, com a prejudicialidade da Emenda nº 4, e contrário à Emenda nº 5.	<p>O projeto promove mudanças no art. 230 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para incluir entre as destinações da receita arrecadada em cobrança de multas de trânsito o custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda. O custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda contemplará as taxas e demais despesas relativas ao processo de formação de condutores e de concessão do documento de habilitação para candidatos de baixa renda. Será considerado candidato de baixa renda aquele inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).</p> <p>A matéria recebeu parecer favorável da CDH, com emendas para promover alteração no art. 148-A do CTB, tendo por objetivo: a) exigir de todos os motoristas profissionais de todas as categorias de veículos a realização de exame toxicológico para a obtenção e renovação da carteira nacional de habilitação; e b) facultar às clínicas médicas onde forem realizados os exames de aptidão física e mental que mantenham em suas instalações, em ambiente físico próprio e segregado, a atividade de posto de coleta laboratorial contratada por um laboratório credenciado pelo órgão máximo executivo de trânsito da União para a realização do exame toxicológico.</p> <p>Na CCJ, foram apresentadas três emendas. As emendas 4 e 6 visam aprimorar o processo de transferência eletrônica de propriedade de veículos realizado por meio da Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo eletrônica (ATPV-e). A emenda 5 dispõe sobre o procedimento a ser tomado na atualização dos cursos especializados para as categorias D e E, conforme disposto no art. 145 do CTB.</p> <p>O relator é favorável à proposição e às emendas da CDH, apresentando, no entanto, subemenda para ampliar a exigência do exame toxicológico para abarcar todos os casos de primeira habilitação nas categorias A e B, ainda que não atuem profissionalmente no transporte de passageiros ou cargas. A subemenda também modifica a forma de apresentação dos comandos pretendidos pela emenda, tornando o texto do art. 148-A do Código mais claro. Em consequência das alterações, é apresentada emenda para adequar a redação da ementa do projeto. Quanto às emendas apresentadas na CCJ, o relator propõe o acolhimento da emenda 6, por tratar das especificidades da assinatura eletrônica e do procedimento para a obtenção do ATPV-e, restando prejudicada a emenda 4. Quanto à emenda 5, sugere sua rejeição, pela complexidade do tema e por ser matéria regulamentada por resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), merecendo ser tratada em proposição autônoma.</p> <p>- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;</p> <p>- Foram apresentadas três emendas à matéria na CCJ;</p> <p>- Em 27/11/2024, foi retirada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Beto Martins.</p>
5	<p>PEC 3/2022</p> <p>Ementa: Revoga o inciso VII do caput do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p>	Senador Flávio Bolsonaro	Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta.	<p>A PEC revoga o inciso VII do caput do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor que: a) serão mantidas sob o domínio da União as áreas afetadas ao serviço público federal, inclusive as destinadas à utilização por concessionárias e permissionárias de serviços públicos, as unidades ambientais federais e as áreas não ocupadas; b) passam ao domínio pleno dos estados e municípios as áreas afetadas ao serviço público estadual e municipal, inclusive as destinadas à utilização por concessionárias e permissionárias de serviços públicos; c) passam ao domínio pleno dos foreiros e ocupantes regularmente inscritos no órgão de gestão do patrimônio da União até a data de publicação da Emenda Constitucional decorrente da PEC; d) passam ao domínio dos ocupantes não inscritos, desde que a ocupação tenha ocorrido pelo menos 5 (cinco) anos</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	[tramitação] Não Terminativo			<p>antes da data de publicação desta Emenda Constitucional decorrente da PEC e seja formalmente comprovada a boa-fé; e) passam aos cessionários as áreas que lhes foram cedidas pela União; f) a transferência da propriedade será realizada de forma gratuita, quando ocupada por habitação de interesse social ou transferida para estados e municípios nas áreas afetadas ao serviço público estadual e municipal, ou onerosa, nos demais casos, de acordo com as providências da União; g) as áreas que permanecerem com a União que não estejam ocupadas quando requeridas para o fim de expansão do perímetro urbano serão transferidas ao município, observada a legislação sobre ocupação do solo urbano. A PEC proíbe a cobrança de foro, taxa de ocupação e laudêmio atinentes às áreas definidas como terrenos de marinha e acrescidos antes da vigência da emenda constitucional. É fixado o prazo de até dois anos para que a União efetive as transferências. Nas transferências que passam terrenos de marinha e seus acrescidos ao domínio pleno dos foreiros e dos ocupantes regularmente inscritos no órgão de gestão do patrimônio da União até a data de publicação da emenda, é prevista a dedução de valores pagos, nos últimos cinco anos, por foreiros e ocupantes regularmente inscritos a título de foros ou de taxas de ocupação, corrigidos pela taxa Selic. A PEC revoga o inciso VII do caput do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para afastar o instituto da enfiteuse sobre os terrenos de marinha e de transferir para a PEC as regras sobre o domínio público de terrenos de marinha e seus acrescidos.</p> <p>O relator propõe a aprovação com três emendas para: a) adequar a redação da ementa da PEC; b) incluir no inciso I do art. 1º as autorizatárias de serviços públicos, visto que o texto originário é silente, dispondo apenas sobre concessionárias e permissionárias; c) dispor que “as praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica, não sendo permitida qualquer forma de utilização do solo que impeça ou dificulte o acesso da população às praias, nos termos do plano diretor dos respectivos municípios”; d) estabelecer o prazo de até 5 anos para que a União possa realizar todos os procedimentos necessários quando se tratar de áreas de habitação de interesse social, hipótese em que a transferência se dará de forma gratuita; e) prever que, nas hipóteses em que a transferência se proceder de forma onerosa, incumbirá ao interessado formalizar, mediante requerimento escrito, sua intenção junto à Administração Pública; f) explicitar que as áreas permanecerão sob o domínio da União, desde que, facultada a hipótese de transferência, o interessado opte por não adquirir o título de propriedade; e g) dispor que as receitas oriundas das transferências onerosas serão destinadas a fundo nacional para investimentos em serviços de distribuição de água potável e saneamento básico nas regiões de praias, marítimas ou fluviais, no território nacional.</p> <p>- Em 27/05/2024 foi realizada audiência pública para instrução da matéria.</p>
6	PL 3780/2023 Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de majorar as penas previstas para os crimes de furto, roubo, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, bem como para tipificar os crimes de recepção de animal doméstico e de fraude bancária. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Efraim Filho	Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.	<p>O projeto altera o Código Penal (CP) a fim de majorar as penas previstas para os crimes de furto, roubo, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, bem como para tipificar os crimes de receptação de animal doméstico e de fraude bancária. São promovidas as seguintes alterações:</p> <p>- no art. 155 do CP (furto): a) aumenta a pena da conduta descrita no caput, de um quatro anos, e multa, para dois a seis anos, e multa; b) altera o § 1º, aumentando o quantum da causa de aumento de pena quando o crime é praticado durante o repouso noturno, atualmente de um terço, para metade; c) altera o § 4º, aumentando a pena das condutas, atualmente de dois a oito anos, e multa, para três a oito anos, e multa; d) insere o inciso V no § 4º, quando o objeto material do crime de furto for “equipamento ou instalação que possa prejudicar o funcionamento de serviço de utilidade pública, como telecomunicações, energia elétrica, abastecimento de água, saúde e transporte público”; e) aumenta a pena das condutas descritas no § 4º-B, atualmente de quatro a oito anos, e multa, para quatro a dez anos, e multa; f) aumenta a pena da conduta descrita no § 5º, atualmente de três a oito anos, para quatro a dez anos; g) aumenta a pena da conduta descrita no § 6º, atualmente de dois a cinco anos, para quatro a dez anos; h) insere novo § 6º-A no</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				<p>artigo, prevendo pena de reclusão, de quatro a dez anos, se a subtração for de animal doméstico; e i) cria o § 8º, prevendo pena de reclusão, de quatro a dez anos, e multa, se a subtração for de dispositivo eletrônico ou informático.</p> <p>- no art. 157 do CP (roubo): a) aumenta a pena do caput do artigo, atualmente de quatro a dez anos, e multa, para seis a dez anos, e multa; b) cria causa de aumento de pena no § 2º do dispositivo, inserindo o inciso VIII, quando a subtração for de equipamento ou instalação que possa prejudicar o funcionamento de serviço de utilidade pública, como telecomunicações, energia elétrica, abastecimento de água, saúde e transporte público; c) cria causa de aumento de pena no § 2º do dispositivo, inserindo o inciso IX, quando a subtração for de dispositivo eletrônico ou informático; d) aumenta a pena do inciso I do § 3º (quando da violência resulta lesão corporal grave), atualmente de sete a 18 anos, e multa, para 16 a 24 anos, e multa; e e) aumenta a pena do inciso II do § 3º (quando da violência resulta morte – latrocínio), atualmente de 20 a 30 anos, e multa, para 24 a 30 anos, e multa.</p> <p>- no art. 171 do CP (estelionato): a) insere o inciso VII ao § 2º, com o <i>nomen iuris</i> de “fraude bancária”, criminalizando a conduta de quem “cede, gratuita ou onerosamente, conta bancária para que nela transitem recursos destinados ao financiamento de atividade criminosa ou que dela sejam fruto.”; b) altera o § 2º-A, criando novas fórmulas casuísticas para o meio de cometimento do delito: “duplicação de dispositivo eletrônico ou aplicação de internet”; e c) revoga o § 5º do dispositivo, que atualmente prevê a necessidade de representação da vítima (ação penal pública condicionada à representação), exceto no caso dos seus incisos (I a IV), que também são revogados expressamente pelo presente PL.</p> <p>- no art. 180 do CP (receptação): a) aumenta a pena do caput do artigo, atualmente de um a quatro anos, e multa, para dois a seis anos, e multa; e b) insere o § 7º no dispositivo, prevendo causa de aumento de pena quando o objeto material do delito for “equipamento ou instalação que possa prejudicar o funcionamento de serviço de utilidade pública, como telecomunicações, energia elétrica, abastecimento de água, saúde e transporte público” resultando em pena de quatro a 12 anos, e multa, considerando a alteração proposta no caput.</p> <p>- no art. 180-A do CP (receptação de animal), aumenta a pena da conduta, atualmente de dois a cinco anos, e multa, para três a oito anos, e multa;</p> <p>- no art. 266 do CP (interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública): a) aumenta a pena do caput, atualmente de detenção, de um a três anos, e multa, para reclusão, de dois a quatro anos, e multa; e b) altera o § 2º do dispositivo, inserindo o seguinte trecho: “mediante subtração, dano ou destruição de equipamento instalado em estrutura utilizada para a prestação de serviços de telecomunicações”.</p> <p>O art. 3º insere o novo art. 180-B ao CP, com <i>nomen iuris</i> de “receptação de animal doméstico”, criminalizando a conduta de “adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, vender ou ter em depósito, com a finalidade de comercialização, animal doméstico que deve saber ser produto de crime”, prevendo pena de reclusão, de três a oito anos, e multa.</p> <p>Na CCJ, foi apresentada emenda para incluir nova qualificadora no art. 155 do Código Penal, prevendo pena de reclusão, de quatro a dez anos e multa, se o objeto do crime for arma de fogo.</p> <p>O relator é favorável à proposição, na forma de substitutivo que mantém as linhas gerais do projeto e: a) quanto às alterações previstas para o crime de furto (art. 155, CP): a.1) rejeita o aumento de pena em abstrato do caput (furto simples), pois a alteração impede a suspensão condicional do processo, o que entende ser desproporcional; a.2) rejeita o aumento da pena mínima relativa ao crime de furto qualificado, tido como desproporcional, devendo ser mantida a atual, de dois anos de reclusão; a.3) rejeita a alteração das penas para o § 5º do art. 155 (subtrair veículo automotor que venha a ser transportado para outro estado ou para o exterior) por entender razoável a pena atual, embora acate a adição de sanção pecuniária ao dispositivo; a.4) rejeita a alteração pretendida no § 6º do art. 155, tida como inapropriada e desproporcional, ainda que acate a alteração para a pena máxima de seis anos; a.5) adequa a pena prevista no novo § 6º-A, por entender que a pena proposta é desproporcional; a.6) restringe a nova qualificadora inserida no § 8º do art. 155 a “aparelho de telefonia celular, de computador, inclusive portátil ou do tipo prancheta, ou de qualquer dispositivo eletrônico ou informático semelhante”; a.7) acata a Emenda nº 1 para inserir a qualificadora para o caso de a subtração ser de arma de fogo; b) quanto às alterações previstas para o crime de roubo (art. 157, CP): b.1) adequa</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				<p>a pena mínima para o roubo simples para cinco anos, evitando a proposta do projeto de pena mínima de seis anos, equiparada de modo desarrazoado à pena mínima do homicídio; b.2) restringe a causa de aumento de pena no inciso IX do § 2º do art. 157, para quando o objeto material for “aparelho de telefonia celular, de computador, inclusive portátil ou do tipo prancheta, ou de qualquer dispositivo eletrônico ou informático semelhante”; b.3) reduz a pena máxima proposta para o tipo do inciso I do § 3º do art. 157 (roubo seguido de lesão corporal grave), para evitar que o patamar seja superior ao do homicídio qualificado; c) quanto às alterações previstas para o crime de receptação (art. 180, CP), mantém a pena mínima atual, por entender excessiva a proposta de alteração; d) quanto às alterações propostas para o art. 180-A (receptação de animal), promove adequação da pena, considerando excessiva a proposta do projeto; e e) propõe a fusão do art. 180-A e do art. 180-B, mantendo-se a pena mínima, de dois anos de reclusão, mas aumentando-se a pena máxima, para seis anos de reclusão, mantendo paralelismo com o furto dos mesmos objetos, além de incluir o dolo direto no art. 180-A.</p> <p>Em 21/11/2023 foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Jorge Seif.</p>
7	<p>PL 469/2022</p> <p>Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências.</p> <p>Autoria: Senador Alexandre Silveira</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Jorge Kajuru	<p>Pela aprovação do Projeto e da Emenda 4 – CEsp, com duas emendas que apresenta, pela prejudicialidade da Emenda 5 – CEsp, e pela rejeição das Emendas 1, 2 e 3 – PLEN.</p>	<p>O projeto visa a alterar o Código Penal para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos, com pena de dois a quatro anos de reclusão.</p> <p>Foram apresentadas três emendas de plenário. A Emenda 1 - PLEN diferencia as penas das modalidades qualificadas do crime de rixa em evento esportivo, que resultem em lesão corporal de natureza grave e morte. A Emenda 2 - PLEN reduz as penas das modalidades básica e qualificada do novo crime proposto, a fim de que não discrepem tanto do crime de rixa previsto no art. 137 do CP, bem como apresenta um ajuste de redação para o § 3º do novo art. 137-A. A Emenda 3 - PLEN propõe que o tipo penal se restrinja às torcidas organizadas e estabelece expressamente que a rixa poderá ocorrer antes, durante ou depois do evento esportivo.</p> <p>A CEsp aprovou relatório favorável ao projeto, com acolhimento parcial da Emenda nº 1 – PLEN e da Emenda nº 2 – PLEN e com duas emendas que contemplam o acolhimento parcial referido e sugerem que as alterações propostas sejam realizadas na Lei 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte).</p> <p>Na CCJ, o relator registra seu entendimento de que quando há briga de torcedores rivais, não ocorre a rixa, mas o crime previsto no art. 201 da Lei Geral do Esporte. Assim, sugere que as alterações sejam feitas nessa Lei. Apresenta emendas para acrescentar um § 8º no art. 201 da Lei Geral do Esporte com a seguinte redação: “§ 8º Se ocorrer morte ou lesão corporal de natureza grave, aplica-se, pelo fato da participação nas condutas de que tratam o caput e o § 1º deste artigo, a pena de reclusão, de quatro a oito anos”. Com esse ajuste, tal qual o parágrafo único do art. 137 do CP, não haverá mais distinção no caso de ocorrência de morte ou lesão corporal de natureza grave, pois se o autor da lesão grave ou morte for descoberto, já responderá pelos crimes de rixa qualificada e pelo resultado lesivo qualificador, em concurso material. No mais, é mantida a causa de aumento de pena (quando a violência for praticada contra agentes de segurança) e a medida cautelar de afastamento do indiciado ou acusado. O último ajuste considera que o parecer aprovado na CEsp propõe o aumento das penas do crime previsto no art. 201, que, na modalidade simples, passaria a ser punido com reclusão, de 2 a 4 anos, e multa. Com essa mudança não mais haveria espaço para a aplicação do benefício da transação penal. Assim, o relator sugere revogar esse dispositivo. Os ajustes propostos pelo relator objetivam dar clareza ao texto e evitar a criação de norma penal mais benéfica, que poderia retroagir para beneficiar condenados. Com essas sugestões, são rejeitadas as emendas de Plenário, sendo acolhida a Emenda 4-CEsp e declarada prejudicada a Emenda 5-CEsp.</p> <p>- A matéria foi apreciada pela Comissão de Esporte;</p> <p>- Foram apresentadas as emendas nº 1-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Girão; nº 2-PLEN, de autoria do Senador Rogério Carvalho; e nº 3-PLEN, de autoria do Senador Carlos Viana;</p> <p>- Votação nominal.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
8	PL 3545/2023 Ementa: Dispõe sobre a federalização da rodovia RR-171 no trecho compreendido entre o início da rodovia BR-433 e o Parque Nacional do Monte Roraima no Km 99,0. Autoria: Senador Mecias de Jesus [tramitação] Terminativo	Senador Zequinha Marinho	Pela aprovação do Projeto.	O projeto pretende incorporar o trecho da rodovia RR-171 compreendido entre o início da rodovia BR-433 e o Parque Nacional do Monte Roraima no Km 99,0 à malha rodoviária federal. A designação oficial e o traçado definitivo da rodovia serão definidos pelo órgão competente. - A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura; - Votação nominal.
9	PL 1558/2024 Ementa: Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências", para incluir no rol de crimes hediondos o tráfico de pessoas. Autoria: Senador Rogerio Marinho [tramitação] Terminativo	Senador Flávio Bolsonaro	Pela aprovação do Projeto.	O projeto altera a redação do inciso XII do caput do art. 1º da Lei de Crimes Hediondos. De acordo com o texto vigente, considera-se hediondo o tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente. A proposição legislativa é no sentido de estender a hediondez a todo e qualquer tráfico de pessoas, não se restringindo às condutas que têm como vítimas crianças e adolescentes. Votação nominal.
10	OFS 1/2024 Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil [tramitação] Não Terminativo	Senador Vanderlan Cardoso	Pronto para deliberação.	Indicação do nome do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB. Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
11	OFS 2/2024 Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ULISSES RABANEDA DOS SANTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil [tramitação] Não Terminativo	Senador Jayme Campos	Pronto para deliberação.	Indicação do nome do Senhor ULISSES RABANEDA DOS SANTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB. Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.
12	MSF 56/2024 Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Senhor GUIDO AMIN NAVES, General do Exército, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Lúcio Mário de Barros Goes, a partir de 23 de dezembro de 2024. Autoria: Presidência da República [tramitação] Não Terminativo	Senador Otto Alencar	A ser apresentado.	Indicação do nome do Senhor GUIDO AMIN NAVES, General do Exército, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Lúcio Mário de Barros Goes, a partir de 23 de dezembro de 2024. Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia. Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.